

Para que Servem a Memória e a História Militar?¹

Ten Cel QFO Pedagoga Maria Luiza Cardoso

Doutora em Educação pela USP
Universidade da Força Aérea - UNIFA
Centro de Memória do Ensino
Rio de Janeiro/RJ - Brasil
marialuizacardoso@terra.com.br

Desde que foi iniciada a implantação do Centro de Memória do Ensino Militar (CME), em 2010, na Universidade da Força Aérea (UNIFA) e, principalmente, quando começou o planejamento da comemoração do centenário do Campo dos Afonsos, essa pergunta, frequentemente, tem sido feita. Assim, resolveu-se escrever este texto, voltado para o público em geral, a fim de responder a tal questionamento, bem como chamar a sua atenção acerca da importância de se cultivar a memória desse sítio histórico para a formação da identidade da nossa instituição militar.

Seria interessante, antes da reflexão sobre o papel da História Militar, entender qual o papel da Memória, da preservação do Patrimônio Cultural e o da História.

Imaginemos uma pessoa que perdeu a sua memória...ela não sabe quem é, não sabe, sequer, o seu nome, de onde veio, não reconhece as pessoas, nem os lugares, perdeu todos os conhecimentos acumulados em sua vida, até então. Praticamente, ela leva uma vida vegetativa...daí alguns estudiosos acreditarem na ligação indissolúvel entre a memória e a identidade: “A memória é um elemento essencial daquilo que passamos a chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades do presente, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1990, p. 447). Assim, pode-se dizer que a memória alimenta

a identidade ou que ela precede a construção da identidade. Restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir a sua identidade (CANDAU, 2011).

Também é importante ressaltar que é devido às suas memórias que os indivíduos podem compartilhar suas práticas, crenças, lembranças, representações, produzindo, assim, aquilo que chamamos de cultura.

Se a perda da memória causa sérios prejuízos a uma pessoa, imagine a um grupo, instituição, país e, principalmente, à humanidade.

Com o intuito de preservar a memória militar e a do seu ensino, foi criado o CME, espaço de pesquisa que reúne registros documentais, orais e memoráveis sobre o assunto.

E o que é Patrimônio Cultural? Por que deve ser preservado?

A palavra “patrimônio” é de origem latina e vem de *patrimonium*, que significa “herança paterna, bens de família”. Ela é empregada para representar bens que se deixam como herança para as gerações mais novas (bens ambientais, imateriais e materiais) e que devem ser retransmitidos por elas ao longo dos tempos, a fim de produzir um elo de continuidade, pertencimento e identidade entre todas as gerações de um grupo, povo ou nação.

Segundo Hugues de Varine², citado por Lemos (2010), é possível dividir o patrimônio cultural de uma nação ou povo em três categorias: patrimônio ambiental (pertencente à natureza); patrimônio

¹ Título inspirado no questionamento que o filho de Marc Bloch (renomado historiador francês, fuzilado em 1944) fez para ele: “Papai, então me explica para que serve a História”. A fim de responder a essa pergunta, Marc Bloch elaborou o livro “Apologia da História ou O Ofício de Historiador”.

² Professor francês que dirigiu o Conselho Internacional dos Museus, ligado à UNESCO, no período de 1965 a 1974.

relacionado ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer (patrimônio não tangível ou imaterial); e patrimônio relacionado às construções e artefatos produzidos ao longo do tempo (patrimônio material ou histórico).

Assim, os patrimônios ambientais, imateriais e materiais de um povo ou nação devem ser preservados, conforme o seu valor para a formação de uma identidade coletiva. Isso significa que preservar os bens do passado só tem sentido se os mesmos guardarem um significado social. Em outras palavras, o que confere valor patrimonial a um bem é o significado que possuiu para a formação da identidade de um determinado grupo. Dessa forma, o desejo de preservar não deve ser motivado apenas para mostrar a aparência antiga de um determinado objeto: para isso, pode-se recorrer à fotografia. Mas um bem material, como um prédio, por exemplo, deve ser preservado porque nele se estabeleceram relações humanas importantes para um determinado grupo social: “O patrimônio não é apenas o objeto preservado – material ou imaterial –, mas as práticas, atitudes, significados e valores dos quais o objeto é um suporte de informação; é o processo humano que lhe confere valor” (SALVADORI, 2008, p. 10).

É importante ressaltar que a formação de cidadãos requer que os indivíduos tenham acesso ao seu passado, enquanto membros de um grupo social forjado ao longo do tempo. Esse conhecimento irá ajudá-los a compreender a realidade em que vivem e a pensar em soluções adequadas para resolverem os seus problemas coletivos presentes.

E qual a relação da Memória com a História? Para que serve a História?

A memória é uma construção psíquica e intelectual do passado. Portanto, duas pessoas que vivenciaram um determinado fato, por exemplo, podem interpretá-lo de maneiras distintas. Ela está impregnada de sentimentos e emoções, o que a transforma em algo subjetivo, em que não podemos confiar. Também, ao contrário do que muitos pensam, a memória não é permanente: modifica-se ao longo do tempo. Todavia ela é a principal fonte de pesquisa da ciência denominada História. Sem memória, não há História.

Cabe ao historiador averiguar, junto a outras fontes, a veracidade de um determinado relato escrito ou falado.

A fim de tornar mais clara a distinção entre memória e história, Pierre Nora esclarece:

A memória é vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evolução permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, suscetível de longas latências e súbitas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais. [...]. Porque ela é afetiva e mágica, a memória se acomoda apenas nos detalhes que a conformam, ela se nutre de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a toda transferência, censura ou projeção. A história, porque operação intelectual e laicizante, exige a análise e o senso crítico [...]. No coração da história trabalha um criticismo destruidor da memória espontânea. A memória é sempre suspeita à história [...] (PIERRE NORA, 1997, p. 25).

Com relação à História, Marc Bloch (2002) informa que ela não é a ciência do passado, mas a ciência que estuda os homens ao longo do tempo. Como não é uma ciência experimental (pois não há como reproduzir um determinado acontecimento passado, em laboratório e, muito menos, voltar no tempo), a ciência histórica, além de campo de conhecimento, é campo de questionamento e de interpretação, pois determinado fato pode ser interpretado de várias formas, de acordo com a visão de cada historiador (COSTA, 2008). Tal fato não a desmerece como ciência, uma vez que, para chegar às suas conclusões, o historiador deve seguir uma metodologia científica que inclua a consulta a variadas fontes de pesquisa. Assim, todo historiador sempre se depara com questionamentos às suas teorias. Caso não sejam desacreditadas pelo meio acadêmico, acabam sendo reforçadas nessa área do conhecimento.

No que se refere à sua utilidade, Marc Bloch (2002) salienta que a história, antes de qualquer outra coisa, serve para divertir, causar deleite no espírito de quem a escreve ou a descobre. Costa (2008) relata porque a estuda “por que ela me causa um imenso prazer, o prazer de conhecer, o prazer do saber”. Mais adiante, no seu texto, ele diz que “[...] a História serve para atenuarmos nosso provincianismo ou, como se referiu Jacques Le Goff à Idade Média, combater nossa ‘mentalidade de capela’ e nosso

‘espírito de campanário’” (COSTA, 2008, p. 10).

Todavia, é importante ressaltar que o ensino formal e não-formal³ da História apresenta alguns dos seguintes benefícios, segundo Enrique Florescano (1997) e outros estudiosos:

1º) provê os grupos humanos de identidade, coesão e sentido, ou seja, dota de identidade a diversidade de seres humanos que formam um grupo, um povo, uma nação; cria valores sociais compartilhados; incute a idéia de que o grupo ou a nação tem uma origem comum;

2º) faz com que seja possível reconhecer o outro ser humano como diferente de nós, permitindo a compreensão das ações e motivações dos outros seres humanos, e faz compreender o desconhecido;

3º) faz indagar sobre a transformação das vidas individuais, dos grupos, das sociedades e dos Estados ao longo do tempo;

4º) explica como e por que os fatos ocorreram;

5º) ajuda a compreender as outras ciências sociais;

6º) ensina a não julgar os acontecimentos passados, uma vez que os Homens que lá viveram possuíam outros valores. Nesse sentido, o trabalho do historiador requer “a humildade do coração e a abertura da mente”;

7º) ensina a valorizar ações individuais e grupais do passado;

8º) desmistifica valores tidos como absolutos, como estabelecer um só Estado, criar uma única ordem social, criar uma única raça humana;

9º) oferece “princípios orientadores” para as ações no presente. O preparo intelectual deve completar-se pelo moral, através do desenvolvimento de certos ideais, atitudes, interesses e apreciações. [...] devemos apenas deixar claro que ideais de aperfeiçoamento moral são alvo da história, assim como atitudes que com eles condigam (lealdade, amor à verdade, tolerância, cooperação, responsabilidade cívica, etc.), interesses (pelos problemas dos homens: de sua pátria ou do mundo) e apreciações (julgamento ético) (CASTRO, 1952 apud BERNARDES, 2011);

10º) provê o ser humano de um raciocínio

crítico frente à sua realidade. Desenvolve outros aspectos da inteligência, tais como imaginação construtiva e julgamento crítico (Idem);

11º) oferece ao ser humano uma formação estética, pois aspira colocar o indivíduo em condições de participar da beleza do mundo, podendo sentir e compreender as obras de arte, literatura e pensamento que herdou das gerações sucessivas que a isso se dedicaram (Idem); e

12º) ajuda a compreender os seres humanos como seres históricos, pois tudo e todos têm uma história, ou seja, um passado. Assim, a história contribui para o aumento da autoestima e da noção de cidadania, na medida em que a pessoa se compreende existencial e coletivamente como um ser histórico (TOURINHO, 2004).

Contudo, ensinar História tendo como objetivos os citados acima não é fácil. É fundamental que o professor tenha paixão pela sua disciplina.

Finalmente, o que responder à pergunta: Para que serve a História Militar?

Como campo de conhecimento que faz parte da ciência História, ela deve ser ministrada, no meio militar, em seus diversos níveis de formação (do Soldado ao Oficial General); todavia, com finalidades distintas.

Abaixo, são relacionados alguns dos benefícios obtidos através do ensino dessa disciplina:

1º) provê o grupo de uma identidade militar comum;

2º) incute valores necessários ao exercício da função e ao convívio em sociedade;

3º) proporciona conhecimento acerca das características de grandes líderes do passado;

4º) oferece exemplos de ações coletivas heróicas adotadas no passado;

5º) proporciona conhecimentos acerca do comportamento individual e coletivo numa situação de guerra;

6º) proporciona uma ampla base cultural e técnico-profissional para o exercício das funções militares;

7º) oferece situações para o exercício do raciocínio, da percepção, da imaginação e do julgamento crítico nas tomadas de decisões;

³ A educação formal é aquela que ocorre em espaços de formação, escolares ou não, onde há objetivos educativos explícitos e uma ação intencional institucionalizada, estruturada e sistemática. A educação não-formal é a realizada em instituições educativas fora dos marcos institucionais (ex.: museus, bibliotecas, programas de rádio e televisão, dentre outros), onde há, também, objetivos educativos definidos e certo grau de sistematização e estruturação. A educação informal ocorre no ambiente sócio-cultural, no dia a dia, não tem objetivos educativos explícitos e não é estruturada.

8º) embasa a (re)formulação de doutrinas militares. A História Militar permite ao militar acompanhar a evolução da Doutrina Militar (preparo e emprego) nos campos do equipamento, da organização, dos processos de instrução e dos processos de combate; e

9º) prepara para o estudo das culturas dos povos, aliados e não aliados, para obtenção de sucesso num conflito armado. Segundo Keegan (1995), a guerra é um conflito de culturas.

É importante salientar que foi a pesquisa na área da História Militar que possibilitou a identificação do caráter de permanência dos “princípios de guerra”, consagrados em todas as Forças Armadas do mundo: objetivo, ofensiva, massa, economia de forças, manobra, unidade de comando, segurança, surpresa e simplicidade.

Conforme dizia o General Napoleão Bonaparte,

O conhecimento superior da Arte da Guerra só se adquire pela experiência e pelo estudo da história das guerras e das batalhas dos grandes capitães. Façam a guerra como Alexandre, Aníbal, César, Gustavo Adolfo, Turenne, Eugênio e Frederico - o Grande. Leiam, e releiam a história de suas campanhas e guiem-se por elas. Eis o único meio de fazer um grande general e aprender os segredos da Arte da Guerra. (CHANDLER, 1997, p. 89).

Quanto ao estudo da História Militar das Forças Armadas, seria interessante que este fosse implantado nos cursos de formação de Soldados, Cabos e Sargentos, adaptando-se o conteúdo às necessidades profissionais de cada nível hierárquico, bem como ser incrementado nos cursos de formação, aperfeiçoamento e altos estudos de Oficiais. Também há que se preparar professores, militares e civis para ministrarem as aulas. Do contrário, pode-se pagar um elevado preço pela negligência numa situação de conflito.

No que se refere ao meio civil, Frederick W. Kagan (2006) afirma que o estudo da História Militar, pela sociedade, deveria ter o propósito de fazê-la entender o que é a Guerra. Só assim, ela e seus políticos poderão tomar decisões acertadas sobre a participação do país em um conflito como esse, bem como prever os acontecimentos que se darão durante e após o mesmo.

Como ressalta Carvalho (2001, p. 21), a segurança de cada país é de responsabilidade de todo cidadão, e “o preparo e a mobilização do Poder Nacional

impõem o esforço conjunto de todas as formas de expressão de poder – econômico, científico-tecnológico, militar, político e psicossocial”.

A Guerra, às vezes, é um esforço necessário e moral, uma vez que a cobiça, infelizmente, faz parte da natureza do Homem. Quando ela acontece, as vidas de civis e militares passam a depender das decisões de políticos. Se esses políticos não tiverem conhecimento de História Militar, estarão correndo o risco de tomarem decisões inadequadas, numa situação que requeira o emprego de força bélica.

Cabe ressaltar que não só os políticos poderão estudar História Militar, mas também os contribuintes, os quais devem possuir condições mínimas para entender as decisões bélicas de seus líderes e militares.

Para compreender tais resoluções, eles deverão conhecer a linguagem adotada no campo de estudo da Guerra, pois a linguagem militar é de certa forma obscura para o civil: “Palavras comumente usadas nos discursos diários, como ‘estratégia’, ‘operações’, e ‘táticas’ têm significados técnicos, no vocabulário militar, diferentes daqueles empregados habitualmente” (KAGAN, 2006, p. 3, tradução nossa).

Por outro lado, os meios de comunicação têm se mostrado pouco eficazes como ferramentas para educar o eleitorado sobre assuntos militares. Filmes como “O Resgate do Soldado Ryan” ou “Apocalypse Now” tratam apenas da “face da batalha”. Seus temas só revelam o medo, a confusão, a violência e o sangue que dominam o cenário de guerra e “Tais imagens de guerra sutilmente (às vezes, grosseiramente) distorcem a visão de guerra mesmo do soldado comum” (KAGAN, 2006, p. 3, tradução nossa).

As pessoas devem compreender que a Guerra é “o uso intencional da força para alcançar objetivos políticos” (KAGAN, 2006, p. 3, tradução nossa), e deverá ser adotada como último recurso para defender os interesses nacionais.

A História já mostrou que a desconsideração pelos estudos de História Militar, quando da tomada de decisões, poderá ocasionar graves consequências para uma determinada nação. Nos Estados Unidos, está se tornando comum argumentar que, para o país ter sucesso contra o terrorismo, deverá desenvolver um quadro de pessoas que falem as línguas e compreendam as culturas dos povos (KAGAN, 2006, p. 3, tradução nossa).

Já se sabe que o conflito atual não ocorre sem o auxílio de historiadores competentes e, para Kagan (2006, p. 3, tradução nossa), “torna-se um dever cívico fundamental que as faculdades e universidades ofereçam cursos de história militar sérios para seus alunos”.

Todavia, ainda há muito preconceito, no meio acadêmico, com relação a esse assunto: “Muitos dentro da comunidade acadêmica imaginam que alguém que estuda a guerra também deve aprovar a guerra - como se, naturalmente, os oncologistas aprovassem o câncer ou os virologistas, a AIDS” (KAGAN, 2006, p. 3, tradução nossa).

É importante destacar que a solução desse problema é condição fundamental para que se tomem decisões democráticas numa situação de conflito.

A fim de concluir o texto, ressaltamos a importância das memórias militares e da conservação

do patrimônio cultural militar para a realização de pesquisas e para o ensino da História Militar, possibilitando a formação da identidade militar. Sem as memórias e, conseqüentemente, sem a história, será impossível preparar indivíduos engajados e competentes para desempenharem as difíceis tarefas militares, que envolvem o sacrifício da própria vida.

Como mensagem final, citam-se as palavras do Coronel Carvalho, ex-presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que muito colaborou para a difusão do estudo da História Militar em nosso país:

[...] se o padrão de vida da humanidade não melhorar sensivelmente a médio prazo e se a justiça não prevalecer, não há dúvida de que o mundo, infelizmente, caminhará em direção a novos conflitos. Dessa forma, é recomendável difundir-se o estudo da História Militar entre civis e militares, de modo a torná-la um instrumento mais útil no relacionamento futuro entre o soldado e o Estado. (CARVALHO, 2001, p. 22).

REFERÊNCIAS

BERNARDES, R. C. Diferentes histórias: discussões sobre as finalidades da disciplina escolar História no ensino secundário (1942-1961). In: IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História, 2011, Florianópolis. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis: [s.n.], 2011. 1 CD-ROM.

BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, L. P. História Militar: Importância, Natureza, Aplicação e Evolução. **Revista da Cultura**, ano I, n. 2, p. 18-22, jul./dez. 2001.

CHANDLER, D. G. **The Military Maxims of Napoleon**. New York : Macmillan, 1997.

COSTA, R. Para que serve a História? Para nada.... **Revista Sinais 3**, Vitória, v. 1, jun. 2008, P. 43-70.

FLORESCANO, E. A função social do historiador. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 65-79, 1997.

KAGAN, F. W. Why Military History Matters. **American Enterprise Institute for Public Policy Research**, p. 1-5. June 2006

KEEGAN, J. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LE MOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros Passos, 51).

NORA, P. (Org.). **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, 1997.

SALVADORI, M. Â. B. **História, Ensino e Patrimônio**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008. (Coleção Escola, 4).

TOURINHO, M. A. C. **O ensino de História: inventos e contratempos**. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2004.